

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE
PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MEDIAÇÃO, ARBITRAGEM E INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS

**Aplicação da Lei nº 9.307/96: Aspectos e Novos Rumos na
Resolução de Conflitos de interesses de naturezas pública e privada.**

Autor: Maria Drummond de Andrade Müller e Santos

Orientadora: Prof.^a Doutora Eneida Correia de Araújo Melo

Recife, 2003

Maria Drummond de Andrade Müller e Santos

MEDIAÇÃO, ARBITRAGEM E INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS

Aplicação da Lei nº 9.307/96: Aspectos e Novos Rumos na

Resolução de Conflitos de interesses de naturezas pública e privada.

Dissertação apresentada à Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, por Maria Drummond de Andrade Müller e Santos, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito – Área de concentração: Direito Privado.

Recife, 2003

FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Maria Drummond de Andrade Müller e

MEDIAÇÃO, ARBITRAGEM E INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS
Aplicação da Lei nº 9.307/96: Aspectos e Novos Rumos na Resolução de
Conflitos de interesses de naturezas pública e privada / Maria Drummond de
Andrade Müller e Santos. -- Recife [S.n.], 2003.

133 p.

Dissertação apresentada à Coordenação de Pós-Graduação em Direito da
Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Direito.

1. I. Título.

CDU- XXX.XX

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Maria Drummond de Andrade Müller e Santos

Título: MEDIAÇÃO, ARBITRAGEM E INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS -
Aplicação da Lei nº 9.307/96: Aspectos e Novos Rumos na Resolução de
Conflitos de interesses de naturezas pública e privada.

Trabalho Acadêmico: Dissertação de Final de Curso

Objetivo: Obtenção do Título de Mestre em Direito

IES: UFPE/CCJ/FDR/PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Área de Concentração: Direito Privado

Data de Aprovação: 30 de julho de 2003

Prof. Dr. Raymundo Juliano do Rêgo Feitosa

Prof.^a Dra. Daisy Asper y Valdés

Prof.. Dr. Paulo Cesar Santos Bezerra

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus; primordialmente, por ter me concedido a graça de concluir esta Dissertação Final de Mestrado; aos meus Filhos, *Carlos Eduardo e Rebeca*, Pais, Sogros, Irmãos, Sobrinhos e a toda a minha Grande Família, em especial ao meu marido, *Jorge Sérgio*, pelo companheirismo, desprendimento, total compreensão e incentivo; aos amigos e maiores incentivadores, José de Ribamar Soares e Ismael Rodrigues, sem os quais nem o curso nem este trabalho sequer teriam sido iniciados, ou terminados.

Agradeço o carinho e a atenção dos Professores Raymundo Juliano e Eneida Melo – minha Orientadora –, pela confiança em mim depositada, pela paciência que tiveram para com a minha pessoa, durante todo o tempo em que me ocupei do tema.

Agradeço igualmente aos demais Professores da UFPE, que aqui lecionaram, aos Colegas de Turma, e a toda a Direção e Secretaria do ICAT/AEUDF/UFPE, pelo apoio e carinho recebidos, especialmente a Izabel Prazeres e Robson Loureiro, que sempre foram muito prestativos e companheiros durante essa jornada.

RESUMO

Com o advento da Lei nº 9.307/96 – Lei de Arbitragem -, retoma o Brasil uma antiga forma de composição extrajudicial, referente a direitos patrimoniais disponíveis. Nesta dissertação de conclusão de Mestrado, procuramos demonstrar os aspectos gerais e a aplicação dessa Lei. A mediação e a conciliação foram igualmente analisadas, por serem também formas de acesso à justiça e de resolução de conflitos, que poderão anteceder a instituição da arbitragem. O intuito, em primeiro plano, foi dar conhecimento das possibilidades de autocomposição e divulgá-las. Para tanto, focalizamos a aplicação desses meios referidos e da Lei em comento nas áreas pública e privada do ordenamento jurídico nacional, inclusive em contratos internacionais. A idéia , em segundo plano, foi incentivar o estudo de novas formas de sua aplicação bem como das vias de resolução de conflitos citadas, por serem simples, práticas, rápidas e eficazes, em razão da especialização e do sigilo – mesmo em matérias de direito privado. Em síntese, entendemos que a justiça estatal, por sua natureza pública, não deve ser provocada a toda e/ou qualquer pretensão. Autocomposição e autotutela devem ser valorizadas como formas alternativas, menos protocolares, de solução de conflitos, resguardada a competência originária e exclusiva do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Mediação; Arbitragem; Direitos Disponíveis.

ABSTRACT

With the arrival of the Law 9.307/96 - Law of Arbitration-, Brazil retakes an ancient instrument or extrajudicial composition, concerning disposable patrimonial rights. In this work, presented as a Master in Law dissertation, we try to show the general aspects and the application of that Law. Mediation and conciliation are equally analyzed, once they are ways to reach the justice and solve conflicts, even placed before arbitration. First of all, we set the knowledge of different possibilities for the solution of conflicts and make them public. For this, we focus their application both in private and public domains within our legal system, including international contracts. Secondly, our idea is to stimulate the study of new forms of application for these methods, in order to solve the varieties of conflicts. This is important because these ways are simple, practical, efficient and also too fast. At the same time, they guarantee specialization and privacy -even in the domain of patrimonial rights. We understand that public justice must not be demanded all the time, for all the matters, because this makes justice impossible to be executed. Instead, we need to strengthen mediation, conciliation and arbitration as alternative forms to solve conflicts, because they are faster and more informal. At the same time, we guarantee the possibility to access the Judiciary if necessary, without any violation of its legal competence.

Key-Word: Mediation; Arbitration; Disposable Patrimonial Rights.

INDICE DE TABELA

Tabela 1	29
----------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM – CONCEITOS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	19
1.1 Mediação	19
1.2 Arbitragem	33
1.3 Arbitragem no Brasil e a Lei nº 9.307/96	39
1.4 A Questão da Constitucionalidade da Arbitragem	45
1.5 A Natureza Jurídica da Arbitragem	49
CAPÍTULO II – COMPROMISSO	51
2.1 O Compromisso na Convenção de Arbitragem	51
2.2 Cláusulas Compromissórias	57
CAPÍTULO III – A DECISÃO ARBITRAL E O ÁRBITRO	60
3.1 Atributos da Arbitragem	60
3.2 O Árbitro	63
3.2.1 <i>Da Decisão do Árbitro – Cabimento de Mandado de Segurança</i>	67
CAPÍTULO IV – INDISPONIBILIDADE E A LEI DE ARBITRAGEM	68
4.1 Mediação e Arbitragem em face de Direitos Indisponíveis	68
CAPÍTULO V – ARBITRABILIDADES PÚBLICA E PRIVADA	73
5.1 Arbitragem no Direito Público	73
5.1.1 <i>Arbitragem no Direito Penal</i>	73
5.1.2 <i>Arbitragem no Direito Administrativo</i>	76
5.1.2.3 <i>Solução de Conflitos e Controvérsias no Setor de Telecomunicações, Energia Elétrica e Petróleo</i>	77
5.2 Arbitragem no Direito Privado	81
5.2.1 <i>Arbitragem nas Relações de Consumo</i>	81
5.2.2 <i>Mediação, Conciliação e Arbitragem nas Relações de Trabalho</i>	85
CAPÍTULO VI – ARBITRAGEM BRASILEIRA INTERNACIONAL	102
6.1 Arbitragem na Indústria Petrolífera	102
6.2 Arbitragem nos Contratos Administrativos da Indústria Petrolífera	

Brasileira.....	102
CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS	113